

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**PORTARIA N° 02 /2008-GP, de de Maio de 2008**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art.48, no inciso III do art. 54, nas alíneas "a" e "b" inciso III do art. 55, na alínea "a" inciso I do art. 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria n° 574/2007 da STN, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**(a) Desembargador ROBERTO WIDER  
PRESIDENTE**

GOVERNO FEDERAL – PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008**

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 574/2007)

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008	
	LIQUIDADAS(a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>239.803</b>	<b>2.751</b>
Pessoal Ativo	131.439	2.168
Pessoal Inativo e Pensionistas	108.364	583
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>112.223</b>	<b>2.043</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.073	1.716
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	107.149	327
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>127.580</b>	<b>708</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>128.288</b>

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	<b>413.867.577</b>
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (Vi) =(IV/V) * 100	<b>0,030997</b>
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) -	<b>0,104352 %</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) –	<b>0,099135 %</b>

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN n° 253, de 19/05/2008

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

**(a) FERNANDO JOSÉ DA FONSECA**  
Secretário de Orçamento e Finanças

**(a) RONALDO CUNHA BARRETO**  
Secretário de Controle Interno e Auditoria

**(a) CARLINDA MARQUES DIAS PIRES**  
Diretora-Geral